independentes, políticos e nos organismos internacionais, como UNESCO, CEPAL e PNUD, denunciava a preocupação pelo caráter discriminador do ensino público. Assim, em muitos trabalhos de investigação e análise, a pesquisa foi centralizada na busca do entendimento das origens e mecanismos dessa discriminação, pretendendo assim amparar as propostas a favor de um ensino público mais eqüitativo.

O fim do século volta a encontrar os organismos internacionais e muitos pesquisadores da área preocupados em diagnosticar a realidade educacional e propor alternativas de transformação. Mas, hoje, o enfoque de interesse é radicalmente diferente. A lógica economicista a partir da qual vem sendo construída a leitura da realidade educacional coloca a descentralização e a instrumentalização do ensino como os pilares da nova tendência na política educacional, no quadro da melhoria da qualidade e eficiência da educação.

Nesse contexto, o enfoque de análise dos assuntos levantados em *Problemas mundiales de la educación* parece estar mais próximo da necessidade de fornecer um conjunto de informações para a definição e legitimação de políticas educacionais específicas do que para o avanço do conhecimento comparado*. Assim, algumas experiências aparecem como "modelo", enquanto outras são tiradas de cena por falta de legitimidade.

A proposta do livro *Problemas mundiales de la educación*, ao abranger tantos temas importantes, é, sem dúvida, bastante ambiciosa. No entanto, ainda que ofereça informações interessantes sobre os sistemas educativos no mundo, não nos permite conhecer a complexidade de seus processos de desenvolvimento nem sua especificidade.

Nora Krawczyk
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

* Essa orientação da pesquisa comparada foi evidenciada, também, num estudo sobre o estado da pesquisa comparada durante os anos 60 e 70. Citado em Miguel A. Pereyra, "La comparación, una empresa razonada de análisis. Por otros usos de la comparación", *Revista de Educación*, número especial, Espanha, Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.

Louann A. Bierlein. *Controversial Issues on Educational Policy*. Newbary Park: Sage, 1993.

Este livro faz parte da coleção *Controversial Issues on Public Policy*, voltada não para os especialistas de cada área mas sim para o público em geral. A proposta da autora é apresentar e discutir, de forma clara, as principais questões que têm permeado o debate educacional nos EUA.

O texto procura ser, acima de tudo, informativo e simples, sem ser simplista. Não há dúvida de que um livro como esse só poderia surgir em um país em que a política educacional é matéria de interesse da sociedade como um todo e em que a discussão democrática das propostas existentes se dá nos mais diversos âmbitos e com a participação dos envolvidos.

É interessante observar que, lá como cá, há uma intensa sensação de que vivemos um momento no qual há necessidade de profundas reformulações na educação. E que, também lá como cá, ao mesmo tempo em que há fortes pressões por reestruturação do sistema educativo — oriundas principalmente de setores empresariais —, há pouca clareza de como se deve dar, em termos pedagógicos, essa reestruturação, ainda que o sentido geral do que se propõe diga sempre respeito à adaptação do sistema educativo às novas tendências da produção.

Mas, se é verdade que, como nos EUA, vivemos no Brasil uma realidade de pressão por mudanças, a leitura desse livro nos alerta para a existência de uma diferença essencial entre ambos os países: a forma como essas pressões (que não deixam de ser legítimas) são apresentadas.

Enquanto nos EUA as pressões são incorporadas num processo de negociação democrática — no qual, como veremos, a atuação dos pais de alunos acaba sendo preponderante —, no Brasil elas têm aparecido como exigências inexoráveis da "modernidade", apresentadas especialmente por meio do "ideário pedagógico" do Banco Mundial.

Mas deixemos esssas questões para serem retomadas ao final desta resenha e vamos ao conteúdo do livro. A autora começa por pontuar algumas características do sistema educacional norte-americano, como o seu caráter descentralizado, remetendo-as à história desse sistema. Vale a pena reproduzir alguns dados.

Nos EUA, em 1860, 50% das crianças já concluíam a *elementary school* (seis anos). Em 1941, 50% dos jovens concluíam os doze anos de escolaridade básica e média. Em 1970, mais de 75% concluíam esses doze anos (K-12).

Aproximadamente 46 milhões de alunos se encontram no K-12; o investimento nesses alunos é de mais de US$ 215 bilhões (4,1% do PNB).

A autora apresenta quatro valores básicos que têm sido diferentemente enfatizados pelos diversos grupos envolvidos e pelas diversas correntes políticas:

eqüidade, eficiência, liberdade e excelência. Assim, por exemplo, os *liberals* (termo que não corresponde exatamente ao nosso "liberais") têm enfatizado muito mais a eqüidade do que o têm feito os conservadores.

A autora também mostra que há um processo de mudanças no setor educacional: na década de 80, 35 Estados realizaram transformações significativas no seu sistema educacional, sendo que doze deles criaram ou aumentaram impostos com o fim específico de financiar essas mudanças.

Algumas tendências dessa reformulação são: programas de pagamento diferenciado para professores, baseado na performance de seus alunos em testes padronizados; testes sistemáticos aplicados também aos professores. Mas não há uniformidade nas mudanças propostas: por exemplo, enquanto grande parte delas enfatiza maior autonomia para as escolas, outra parte, também significativa, implica maior centralização.

O debate ideológico e partidário permeia várias das questões: enquanto os democratas propõem medidas compensatórias para o aumento da pobreza que houve na década de 80, entendendo que a pobreza é um dos fatores básicos do baixo rendimento escolar, os republicanos se voltam para propostas como as de gerir a educação em moldes mais próximos dos empresariais (*operating education like a business*), de instituir o sistema de *vouchers* (bônus), ligado à proposta de livre-escolha, que será discutida mais adiante.

Em seguida a autora aponta o leque de atores sociais envolvidos na formulação e desenvolvimento de políticas educacionais: tanto os poderes constituídos (a respeito dos quais é interessante notar que o Judiciário tem um papel muito mais significativo na definição prática dessas políticas do que no Brasil) como as organizações da sociedade civil.

Em alguns Estados, o poder sobre a educação foi quase totalmente transferido para os municípios, enquanto em outros quase todas as decisões permanecem no âmbito estadual.

Dois grupos da sociedade civil merecem especial destaque: os pais de aluno e os professores.

Os pais de alunos têm, em geral, grande poder sobre a escola em que seus filhos estudam, no âmbito do distrito, e também um poder significativo nos âmbitos superiores. A autora aponta que os pais de alunos são, em tese, favoráveis a amplas reestruturações do sistema de ensino, enquadrando-se dentro da forte corrente de opinião, liderada por empresários, que entende que o sistema educacional norte-americano precisa ser reformulado a fim de assegurar aos EUA condições de competir em situação de igualdade (de preferência de superioridade) com o Japão e a Alemanha. Mas, aponta a autora, quando se trata de mudanças concretas para a escola em que seus filhos estudam, a maioria dos pais se coloca contra estas mudanças e são um dos principais fatores de resistência a elas. Argumentam eles que o ensino não está tão ruim assim e que não gostariam de que seus filhos funcionassem como cobaias.

Quanto aos professores, são um grupo altamente qualificado: 47% tem mestrado ou doutorado. Estão engajados em dois sindicatos nacionais, NEA (National Education Association) e AFT (American Federation of Teachers).

A autora apresenta dados incompatíveis sobre o salário anual médio dos professores em 1990: US$ 31.304 (p. 25) e US$ 44.400 (p. 50). Mesmo se o problema é se se consideram ou não os meses de férias, a diferença é grande.

A NEA tem cerca de 2 milhões de afiliados e se espalha nas pequenas e médias cidades. A AFT tem cerca de 500 mil afiliados e se concentra nas grandes cidades, especialmente da Costa Leste e do Mid-West.

A autora também assinala que houve um aumento real de 27% nos salários dos professores na década de 80 (acima de todas as outras categorias).

A AFT é formada por professores mais bem qualificados: cerca de 80% tem mestrado ou doutorado.

Uma informação interessante que o livro nos traz é que, recentemente, a AFT mudou sua posição em relação a uma série de pontos: passou a admitir certo nível de competição entre as escolas, pagamento diferenciado para professores, baseado em avaliação de desempenho etc. A NEA continua a ser radicalmente contra esse tipo de medida. A interpretação da autora é que a AFT é mais permeável à necessidade de mudanças do que a NEA. É claro que há outras interpretações possíveis: pode-se pensar, por exemplo, que a AFT defende essas posições por imaginar que sua base, mais qualificada, tende a ganhar mais com pagamento diferenciado e competição entre escolas.

Dois temas que a autora analisa com certo vagar são a aplicação de testes padronizados para medir performance das escolas e a polêmica sobre a livre escolha.

Quanto à aplicação de testes, já é prática relativamente difundida nos EUA e é medida fácil de implementar, pois conta com o apoio dos pais de alunos. O mais interessante que a autora nos relata a respeito desse tema é uma crescente

consciência de que testes padronizados que só meçam o básico (e não habilidades mais complexas) tendem a criar um ensino voltado à preparação para os testes. Ela mostra que tendem a cair o uso de laboratórios, a elaboração de ensaios, o ensino mediante projetos de pesquisa, ou seja, ocorre exatamente o contrário do que se diz pretender: um ensino voltado a formar pessoas adaptadas às novas exigências da produção, supostamente mais críticas, mais criativas, mais capazes de trabalho em equipe, mais autônomas. A aplicação de testes que meçam habilidades mais complexas, por sua vez, é extremamente cara.

Quanto à livre escolha de escolas, a autora distingue pelo menos quatro modalidades: escolha intra-distrito entre escolas públicas, escolha inter-distritos entre escolas públicas, escolha intra-distrito e inter-distrito entre escolas públicas e privadas com o uso de bônus (em alguns casos, há ainda a distinção entre escolas privadas "sectárias" e "não-sectárias"). Expõe (novamente) a extrema diversidade de situações entre os Estados e municípios, e mostra que os princípios de eqüidade são levados a sério pelo Judiciário (por exemplo, algumas sentenças determinaram que só poderia haver livre escolha se fosse para todos, o que implicaria a necessidade de assegurar transporte para as crianças que fossem freqüentar escolas mais distantes de suas casas), mostrando ainda que não há avaliações confiáveis sobre o tema. Apresenta também um sumário de argumentos a favor e contra a livre escolha. Vamos aos principais deles:

A favor —

> Livre escolha é uma maneira de se conseguir oportunidades educacionais melhores para pobres e minorias.

> Livre escolha permite livrar as crianças de más escolas.

> A competição por estudantes e dinheiro forçará as escolas a melhorar.

> As crianças têm diferentes necessidades de aprendizado e, portanto, necessitam de diferentes opções de ensino.

Contra —

> Não há evidências de que a competição melhore as escolas.

> As crianças mais necessitadas — justamente aquelas sem pais capazes de escolher as melhores escolas — vão ficar com as piores escolhas.

> A escolha vai funcionar contra as famílias mais pobres, a menos que seja fornecido transporte gratuito; o dinheiro gasto em transporte seria melhor aproveitado se usado na sala de aula.

> A livre escolha que inclua as escolas privadas vai drenar recursos das já necessitadas escolas públicas.

> Encorajar a transferência de estudantes significará diminuir os esforços para aumentar os laços escola/comunidade.

Para finalizar, cabe levantar algumas especulações que com base neste livro podem ser feitas a respeito de três temas atuais e relevantes.

O primeiro deles é o papel da discussão pública, da divergência democrática, da diversidade de experiências, da pluralidade de caminhos na definição de políticas públicas na área de educação.

Talvez a mais interessante lição a ser extraída para nós, brasileiros, da leitura de um livro como este, sobre o debate atual das políticas educacionais nos EUA, é a existência e a importância dos diversos atores sociais que acabam tendo peso significativo na definição dos rumos a serem dados à educação. O próprio livro — voltado para o público em geral — é um indicador dessa situação, na qual o interesse da sociedade como um todo na área educacional contribui para que as soluções afinal encontradas tendam a ser as mais adequadas e encontrem efetivo respaldo para serem implementadas. Cabe registrar que isso é o oposto do que vem ocorrendo no Brasil, onde "neotecnocratas" pretensamente iluminados pelas luzes da modernidade tentam sistematicamente desqualificar interlocutores importantes — particular e especialmente os professores da rede pública e, secundariamente, as próprias universidades das quais, em geral, se originam — para impor determinadas políticas.

O segundo tema se reporta às políticas que os organismos internacionais (notadamente o Banco Mundial) preconizam para os países do Terceiro Mundo na área educacional. Algumas dessas políticas são controversas nos Estados Unidos — como o incentivo à competição entre as escolas — e outras são realmente o inverso do que se faz por lá.

Lembremo-nos, por exemplo, da recomendação presente em vários textos do Banco Mundial (por exemplo, no livro de Eric A. Hanushek e W. Harbinson, *Educational Performance of the Poor*, resenhado no número anterior desta revista) de que se deve evitar dar aumento de salários aos professores, pois, em uma comparação da relação custo-benefício dos diversos insumos possíveis (*input/output approach*) no setor educacional, os salários dos professores seriam um dos de mais baixo retorno. Ora, a autora nos relata o fato de que na década de 80

houve um aumento real de 27% no salário dos professores (acima de quase todas as outras categorias), reflexo de um posicionamento da maioria da sociedade — que vigia ativamente o uso de seus impostos — de que educação é um setor estratégico e que, para melhorá-la, é necessário, ainda que não suficiente, pagar decentemente os professores.

O terceiro tema diz respeito à relação problemática que existe entre o ideal proclamado para a educação e o conteúdo real das reformas que acabam sendo implementadas.

Explico-me: em geral, o discurso sobre a importância estratégica da educação segundo o novo paradigma produtivo, de competição mundial, globalizada, enfatiza as novas habilidades que seriam necessárias para o cidadão (e trabalhador) da Nova Ordem Mundial: autonomia, criticidade, criatividade, capacidade de trabalho em equipe. As experiências que têm peso e divulgação no imaginário do percurso das reformas também caminham nesse sentido. A autora nos relata que teve impacto nos EUA a experiência, desenvolvida em algumas escolas da cidade de Colônia, na Alemanha, na qual seis professores "tutoram" noventa alunos durante seis anos de sua vida escolar (da 6ª à 11ª série), incentivando o trabalho em equipe, desenvolvendo projetos etc.

Igualmente, quando se propõe a "uma visão" sobre a educação a que as reformas devem conduzir, a autora (p. 150) se permite pensar em alunos em permanente atividade (em grande parte diante de um computador), em vez de simplesmente ouvintes de um professor. O papel do professor (que, como na experiência de Colônia, acompanharia o aluno por vários anos) seria muito mais de tutor e orientador de estudos e projetos do que o de "ministrador de aulas". As classes como tal seriam abolidas. Haveria grupos de estudo e também formas individuais de auto-instrução orientada. E assim por diante.

Ora, quando se pensa nas reformas concretas que são propostas, percebe-se que elas têm muito pouca relação com o imaginário que estimula a necessidade delas. Por exemplo, os testes padronizados, que cada vez mais são enfatizados, caminham claramente num sentido oposto a essa "Escola Nova do século XXI". Cabe a nós, educadores, tentar responder: por que se apresentam, como sustentação ideológica de determinadas reformas, visões que nada têm a ver como o conteúdo concreto das reformas que são efetivamente propostas?

Cristiano Di Giorgi
Universidade Estadual Paulista

Gaudêncio Frigotto. *Educação e a crise do capitalismo real.* São Paulo: Cortez, 1995, 231 p.

Os socialistas estão aqui para lembrar ao mundo que em primeiro lugar devem vir as pessoas e não a produção. As pessoas não podem ser sacrificadas. Nem tipos especiais de pessoas — os espertos, os fortes, os ambiciosos, os belos, aqueles que podem um dia vir a fazer grandes coisas — nem qualquer outra. Especialmente aquelas que são apenas pessoas comuns. [...] É delas que trata o socialismo; são elas que o socialismo defende. O futuro do socialismo assenta-se no fato de que continua tão necessário quanto antes, embora os argumentos a seu favor não sejam os mesmos em muitos aspectos. A sua defesa assenta-se no fato de que o capitalismo ainda cria contradições e problemas que não consegue resolver e que geram a desigualdade (que pode ser atenuada através de reformas moderadas) como a desumanidade (que não pode ser atenuada).

Eric Hobsbawm

A epígrafe de Hobsbawm é apropriada para começar essas breves palavras sobre o livro de Gaudêncio Frigotto. Não apenas porque o historiador inglês constitui uma das referências permanentes (tácitas ou explícitas) desta obra, mas também porque o seu conteúdo resume três das principais razões que orientam a estimulante reflexão teórica proposta pelo autor. Primeiramente, a necessidade de pensar as condições históricas que dão origem à profunda crise que atravessa hoje o *capitalismo real*, ultrapassando as visões apologéticas e apocalípticas. Em segundo lugar, a opção por realizar essa tarefa, partindo de uma reflexão rigorosamente crítica, da perspectiva do materialismo histórico; um materialismo histórico renovado e capaz de reformular-se ele próprio à luz do colapso do socialismo soviético e da queda dos regimes comunistas da Europa oriental. Por último, embora certamente não menos importante, o livro de Frigotto propõe um enorme desafio ético: pensar e compreender a crise do capitalismo a partir de um renovado enfoque socialista, como formas de contribuir para a construção de uma sociedade democrática e radicalmente igualitária, fundamentada nos direitos, e que respeite as diferenças, a diversidade, uma sociedade — segundo Hobsbawm — de pessoas comuns, das maiorias, justamente aquelas condenadas pelo mercado à mais absoluta miséria.

Este livro, de alguma forma, é a continuação mais eloqüente de *A produtividade da escola improdutiva*, texto que ainda hoje continua sendo de consulta